

Ademir Cristofolini

*Tratamento
Tributário
do Ato
Cooperativo*

2ª Edição

Decisão inédita sobre a possibilidade de
cooperação de pessoa jurídica em sociedade
cooperativa de transporte

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright ● 2020 by Ademir Cristofolini

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C933t

Cristofolini, Ademir

Tratamento tributário do ato cooperativo : decisão inédita sobre a possibilidade de cooperação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa de transporte / Ademir Cristofolini – 2. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

252 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 221-232.

ISBN 978-65-5510-344-1

1. Ato cooperativo. 2. Constituição Federal de 1988. 3. Sociedade cooperativa. 4. Transporte. 5. Direito tributário. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – O Tratamento Tributário do Ato Cooperativo na Constituição Brasileira de 1988	5
1.1. Escorço histórico do cooperativismo	5
1.1.1. Cooperativismo e sociedades cooperativas	5
1.1.2. Origem do cooperativismo mundial.....	8
1.1.2.1. Princípios cooperativistas e a Aliança Cooperativa Internacional	11
1.1.2.2. Precursores do cooperativismo.....	15
1.1.3. Cooperativismo no Brasil: evolução legislativa	22
1.2. O cooperativismo na Constituição brasileira de 1988.....	28
1.2.1. Diretrizes da constitucionalização do cooperativismo.....	31
1.3. O ato cooperativo e seu adequado tratamento tributário: artigo 146, inciso III, alínea “c”, da Constituição de 1988	33
1.3.1. Ato cooperativo.....	34
1.3.2. Adequado tratamento tributário.....	53
Capítulo 2 – Aplicabilidade das Normas Infraconstitucionais ao Ato Cooperativo	63
2.1. Recepção pela Constituição de 1988 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.....	63
2.2. A lei complementar reclamada no artigo 146, inciso III, alínea “c”, da Constituição brasileira	67

2.3. Tratamento tributário dispensado por algumas leis infraconstitucionais ao ato cooperativo	70
2.3.1. Contribuições sociais: PIS e Cofins.....	75
2.3.1.1. Análise do aspecto formal das alterações realizadas pela MP n.º 1.858-6/99 e a posição do Supremo Tribunal Federal....	79
2.3.1.2. Análise do aspecto material referente ao PIS e à COFINS. Conceito de faturamento e a inexistência deste em relação ao ato cooperativo.....	82
2.3.1.3. Exclusão da base de cálculo da Cofins e do PIS dos valores repassados aos cooperados em virtude dos atos cooperativos praticados	93
2.3.1.4. Posição do Supremo Tribunal Federal – RE nº 599.362 e RE nº 598085	99
2.3.2. Contribuição previdenciária sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho.....	111
2.3.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	128
2.3.4. Imposto de Renda – IR	133
2.3.5. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.....	138
2.3.6. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.....	142
Capítulo 3 – O Cooperativismo como Instrumento para a Resolução de Problemas Econômico-Sociais Brasileiros.....	149
3.1. Importância socioeconômica do cooperativismo no contexto social brasileiro.....	149
3.1.1. Sociedades cooperativas agropecuárias.....	155
3.1.2. Sociedades cooperativas de transporte	158

3.1.2.1. A possibilidade de cooperação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa de transporte	159
3.1.2.1.1. Posição inédita do CARF sobre a participação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa – <i>Leader Case Coopercarga</i>	178
3.1.3. Sociedades cooperativas de crédito	185
3.1.4. Sociedades cooperativas de trabalho e sua regulação pela Lei n. 12.690/12.....	188
3.1.5. Sociedades cooperativas habitacionais	197
3.2. Natureza jurídica das sociedades cooperativas	198
3.3. Principais características das sociedades cooperativas	199
3.3.1. Ausência de lucro e presença de fim econômico	202
3.3.2. Destinação dos resultados de atos cooperativos	204
3.3.3. Gestão democrática: cada cooperado um voto	206
3.3.4. Adesão livre e voluntária.....	208
3.3.5. Princípio da dupla qualidade	208
3.3.6. Outras características das sociedades cooperativas	209
3.4. A sociedade cooperativa no Código Civil brasileiro.....	210
Considerações Conclusivas.....	217
Referências	221